



RESENHA: SOBRE AFRICANIDADES SUL-RIO-GRANDENSES

Sarah Calvi Amaral Silva

Doutoranda em História pela Universidade Federal do Rio Grande do Sul

Resumo

Como obra integrante da coleção *A África está em nós*¹, coordenada por Lucia Regina Pereira, *Africanidades Sul-Rio-Grandenses* busca cumprir as normas legais que tornam obrigatório o ensino de História e Cultura Afro-Brasileira, desencadeadas com a promulgação da lei federal nº 10.639, de 9 de janeiro de 2003. Dessa forma, é oferecido a alunos e professores das redes pública e privada de educação básica, um instrumento qualificado para se pensar criticamente currículos escolares e práticas pedagógicas, através das histórias de grupos negros do Rio Grande do Sul, alocados em múltiplas esferas. Trata-se, assim, de uma publicação elaborada de maneira interdisciplinar, onde os conteúdos dialogam com demandas sociais inclusivas, calcadas num viés antirracista de compreensão das relações etnicorraciais. Nesse sentido, segundo os autores, a ênfase nas “africanidades” justifica-se pela existência de heranças trazidas ao estado por povos africanos, cuja influência imprimiu especificidades nos modos de viver dos sul-rio-grandenses, vinculadas à construção de identidades étnicas.

Palavra chaves: educação, negros, Rio Grande do Sul, Brasil.

Introdução

A proposta do livro perpassa assuntos como o trabalho escravo e suas formas de resistência, a organização política e social negra antes e depois da abolição (clubes, imprensa, movimentos sociais), religiosidade e manifestações culturais. São aspectos que pretendem desvelar o lado mais difícil e discriminatório da experiência africana e afrodescendente sulina, mas também as contribuições culturais, políticas e econômicas dos negros. Contribuições estas vistas sob uma ótica positiva, capaz de problematizar estigmas e proporcionar a elevação da auto-estima de crianças e jovens, por meio de

¹ PEREIRA, Lucia Regina Brito. (Coord.). *Rio Grande do Sul. Africanidades Sul-Rio-Grandenses*. João Pessoa: Editora Grafset, 2012. 216 p. (Coleção A África está em nós).



atividades e conteúdos que levam em conta o respeito à diversidade nas relações sociais e na literatura escolar.

O volume é composto por quatro capítulos não, necessariamente, organizados de acordo com uma ordem cronológica linear, embora a preocupação com a sequência temporal dos tópicos desenvolvidos se faça presente. Os autores optaram por uma incursão temática em momentos pontuais da história do Rio Grande do Sul, enfatizando grupos e personalidades, desde a escravidão colonial até a atualidade. A exceção fica por conta do quarto capítulo, intitulado “Para Saber Mais”, relativo a um banco de referências contendo *sites*, filmes, documentários, fontes, quadro de leis e cronologias. O material pretende instigar a reflexão sobre as dinâmicas contemporâneas da população negra gaúcha, contribuir para a ampliação dos conhecimentos sobre o negro no estado e sugerir documentação para pesquisas futuras.

Ao longo dos três primeiros capítulos, além dos textos didáticos, encontram-se reproduções de fontes primárias, fotografias, ilustrações, mapas, letras de música, poemas, tabelas, entre outros recursos que informam sobre o cotidiano das populações afrodescendentes sulinas. Igualmente, vale destacar as seções localizadas ao final desses capítulos, “Atividades” e “Você vai gostar de ler”, respectivamente dedicadas ao aprofundamento dos temas trabalhados e à indicação de bibliografia pertinente.

O Capítulo I, denominado “O negro na formação do Rio Grande do Sul”, é dividido em três partes: “A chegada dos primeiros Africanos”; “O trabalho nas charqueadas”; “Processo abolicionista”. Em linhas gerais, busca-se demonstrar a presença e a contribuição negra na formação do estado desde os primórdios do povoamento oficial do Brasil meridional no século XVIII, até o processo abolicionista desencadeado no final do século XIX. Para tanto, destaca-se a utilização de mão de obra escravizada em diversas atividades econômicas, a participação negra em batalhas militares (defesa de fronteiras, Revolução Farroupilha e Guerra do Paraguai), as formas de resistência empreendidas pelos escravos, e sua articulação e organização em torno da conquista da liberdade e de outras demandas sociais.

Sobre os primeiros grupos de africanos presentes no território que viria a se tornar o Rio Grande do Sul, são mencionados os negros incorporados às bandeiras paulistas descidas de Laguna no século XVII, bem como o grande contingente de escravos que passou a



trabalhar na produção de charque (carne bovina salgada), principalmente em Pelotas e Rio Grande, durante o século XIX. Acerca dessas populações, os autores apresentam dados demográficos e possíveis classificações étnicas, sempre considerando a imprecisão e a parcialidade dos dados. Ainda que de forma limitada, esta perspectiva permite a discussão da procedência dessas pessoas, apontando para pertencas que não devem ser resumidas à condição de “escravo”, constituída nas dinâmicas econômicas e culturais transatlânticas.

Talvez por isso os autores utilizem os termos “escravizado” e “escravizador”, em detrimento de “escravo” e “senhor”. Principalmente no caso dos trabalhadores escravos, esta operação é válida quanto ao questionamento de pontos de vista que transformam sujeitos em seres desprovidos de identidade individual e coletiva. Devido à complexidade desse debate, nas próximas edições da obra caberia o acréscimo de uma caixa de texto contendo explicações sucintas sobre o sentido histórico dos termos em questão, dentro dos limites de um livro didático. Pois seus significados conceituais certamente provêm de discussões teóricas densas, fundamentais para a compreensão da experiência negra no Brasil.

Sob essa perspectiva, um segundo ponto a ser destacado no Capítulo I é a problematização da ideia da exclusividade da imigração branca europeia - unida ao povoamento primeiro lusitano - na formação étnica do Rio Grande do Sul. Contribuem para esta reflexão: a menção a negros africanos como os primeiros estrangeiros não portugueses a se fixarem no Brasil meridional; as informações sobre atividades agrícolas, que fizeram uso de mão-de-obra escrava, praticadas em lugares ocupados por imigrantes; e a afirmação da participação afro descendente em eventos entendidos como centrais ao desenvolvimento político do estado, como por exemplo, a atuação do batalhão de lanceiros negros na Revolução Farroupilha (1835-1845). Conflito este desencadeado pela alta dos preços do charque sulino.

Em parte, a orientação historiográfica instrumentalizada para a elaboração deste quadro - gestada ainda nas primeiras décadas do século XX - obedece a uma lógica temática e teórico-metodológica, cuja operação culmina numa representação militarizada e rural da sociedade sulina. Sob esse viés, a presença negra é localizada em espaços pré-determinados, resumidos às unidades produtoras de charque - já que a pecuária seria



uma atividade mais livre e menos árdua -, e aos conflitos militares. De acordo com este modelo, teriam contribuído para a "formação" histórica e social do Rio Grande do Sul a suposta democracia social e racial das estâncias do pampa, a ausência de grandes plantéis de escravos no estado (exceto nas charqueadas), a substituição da mão de obra negra pela imigrante a partir do século XIX, e o branqueamento biológico.²

Empiricamente, esta interpretação foi embasada numa leitura positivista de documentação oficial e dos relatos de viagem de Auguste Saint-Hilaire, naturalista francês que esteve no Rio Grande do Sul na primeira metade do século XIX. Dentre outros viajantes, são de Saint-Hilaire as impressões a respeito da suposta liberdade característica das lides campeiras, oposta à violência intrínseca ao trabalho escravo nas charqueadas. Na historiografia dos anos 20 e 30, tais impressões foram combinadas a teorias identificadas com o determinismo geográfico e o racismo científico, gerando narrativas que difundiram a máxima de um estado (ou província) permanentemente em guerra na defesa das fronteiras imperiais portuguesas, desprovido de contingentes negros tão expressivos quanto em outras regiões do país, e marcado por dinâmicas sociais democráticas. Visto que, erigidas num ambiente rural impróprio a hierarquias, sendo este considerado o berço da civilização nos pampas, verdadeira expressão da sociedade e dos valores sul-rio-grandenses. A combinação desses fatores teria redundado numa região majoritariamente branca, lusitana - já que os democráticos líderes militares proprietários de terras eram portugueses ou descendentes -, onde a escravidão seria branda e pontual, novamente excetuando-se as charqueadas.

Ao serem considerados os contornos gerais da interpretação acima comentada, não se pretende aqui afirmar que os escritos de Saint-Hilaire ou a historiografia produzida em inícios do século XX sejam falsos em si mesmos. Antes disso, busca-se contextualizar este modelo em suas balizas teóricas e temáticas, cujos elementos não devem ser desmembrados, já que pertencentes a um conjunto argumentativo mais amplo, onde coexistiam a violência escravista e a democracia nas relações de trabalho.

² Um dos intelectuais que ajudou a construir esta interpretação foi o historiador polígrafo e folclorista Dante de Laytano, atuante, principalmente, nas décadas de 30, 40 e 50. Nos anos 40, pelas vias do folclore, o autor passou a estudar as manifestações culturais negras no Rio Grande do Sul, tornando-se um dos primeiros letrados sulinos a empreender pesquisas neste campo. Sua principal obra historiográfica é: LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense* (1835-1845). [1936]. Porto Alegre: Sulina, 1983.



Durante muito tempo, a ênfase depositada sobre o trabalho escravo nas charqueadas, bem como sobre a participação de negros em contendas militares, acabou por ocultar a história da escravidão em outros espaços laborais. Dessa forma, aos conteúdos já contemplados no Capítulo I, poderiam ser acrescentados temas, como por exemplo, o trabalho escravo na agropecuária.³

Ainda, os próprios autores enfatizam grupos negros que existiram, para além das unidades produtoras de charque e das armas. Este é o caso dos escravos de ganho das cidades e dos escravos alocados na agricultura. Além disso, os assuntos sobre a resistência à escravidão e o “Processo abolicionista” demonstram que os negros não “desapareceram” pelo branqueamento ou foram “substituídos” por imigrantes. Os negros conceberam estratégias de luta pela liberdade e por direitos sociais, explicitadas na formação de quilombos, nas ações de Irmandades religiosas e na articulação política de Sociedades beneficentes e abolicionistas.

Estes e outros aspectos aparecem no Capítulo II, intitulado “Os negros em tempos de liberdade”, onde são basicamente discutidas questões sobre cultura, política e sociedade. Com o objetivo de acompanhar a atuação de afro descendentes após a abolição da escravidão, o capítulo é dividido nas seguintes seções: “Religiosidades afro-riograndenses” (dedicada às religiões de matriz africana, mas também à participação negra em outras confissões); “A resistência continua” (sobre a Revolta da Chibata); “Associações e clubes negros”; “A imprensa negra no Rio Grande do Sul”; “Educação” (ações educacionais empreendidas por e voltadas para negros).

Os subtítulos indicam a gama de assuntos reunidos num mesmo capítulo, referentes ao processo histórico específico à constituição social, política e cultural do período pós-abolição, no qual se fizeram presentes as reminiscências da escravidão e as contingências advindas com a República e a liberdade jurídica dos escravos. Ao menos, este é o contexto que pode ser deduzido da leitura do texto. Nesse sentido, seria importante agregar, ao início do Capítulo II, uma breve síntese acerca do Brasil Republicano, de modo a explicar os estatutos de cidadania dos negros nesta nova conjuntura, frente a outros sujeitos e grupos sociais.

³ Ver, entre outros: ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação (Mestrado em História) Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008.



A partir da virada do século XIX para o XX, ainda que não exclusivamente, diversas lutas negras passaram a ocorrer frente ao racismo tal como constituído após a abolição. Ou seja, de acordo com relações de poder conformadas sob a máxima da suposta inferioridade natural dos negros em relação aos brancos, no momento em que todos os cidadãos deveriam desfrutar dos mesmos direitos perante as leis e o Estado. É neste período que o racismo cientificamente legitimado adentra fortemente debates importantes sobre a elaboração de políticas públicas, dotado de um pragmatismo entrecortado pela política.⁴

Implicitamente, esta perspectiva encontra-se diluída entre as quatro seções que compõem o Capítulo II, somada a outros conteúdos. Porém, uma síntese que, através de um ângulo mais abrangente, explicitasse as especificidades do pós-abolição no Brasil e no Rio Grande do Sul, auxiliaria a compreensão da atuação de João Cândido à frente da Revolta da Chibata (1910). Ou do surgimento, consolidação e transformações ocorridas na imprensa negra e nos clubes e demais organizações negras apresentadas. Pois, para o público leigo talvez seja difícil perceber por que e como as ações de afrodescendentes alocados em esferas aparentemente tão diferentes, puderam ter seus significados minimamente articulados por conta de experiências coletivamente vividas.

Sobre esse aspecto, as caixas de texto destinadas às noções de “racismo científico” e de “raça” trazem os significados de dois construtos indispensáveis às reflexões sobre identidades e lutas negras, capazes de costurar os conteúdos do segundo capítulo, se aliados a outros temas tratados na obra, como trabalho, cultura e militância. Somados à síntese sugerida sobre a cidadania negra no Brasil republicano, ganhariam nova inteligibilidade os múltiplos campos de intervenção da Frente Negra Pelotense (1933), dos jornais *O Exemplo* (1892) e *A Alvorada* (1907), da *Revista Tição* (1978), do *Teatro Experimental do Negro* (1944), das sociedades e instituições culturais, beneficentes e educacionais, dentre tantos outros.

Por fim, merece destaque especial a abordagem das religiões de matriz africana presentes no Rio Grande do Sul, incluindo o batuque (análogo ao Candomblé), a Umbanda e os Maçambiques (representações das cerimônias de coroação da rainha Ginga e do rei Congo). Ao contar a história dos percursos desses cultos, os autores

⁴ Ver: MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996.



contextualizam o seu surgimento e explicam aos leitores os seus propósitos e principais características, estimulando o respeito e a curiosidade sobre religiosidades constantemente estigmatizadas. Este ponto de vista possibilita a desconstrução, em sala de aula, de preconceitos erigidos e cristalizados em torno dessas manifestações, através de recursos simples, porém eficientes. Tais como, as belas iconografias dos orixás cultuados no batuque, trazidas junto aos mitos de origem e "funções" das divindades africanas nos rituais da religião.

A inserção social e as contribuições políticas e culturais de setores das populações afro descendentes no Rio Grande do Sul podem ser vislumbradas no Capítulo III, "O negro na sociedade gaúcha", composto pelos seguintes tópicos: "Dos negros em movimento ao Movimento Negro Unificado"; "Territórios negros"; "A saúde da população africana"; "Negros sabores"; "Literatura"; "Lendas negras"; "Negras artes"; "Negras músicas"; "Esportes"; "Associações negras em terras de imigração europeia"; "Entidades Carnavalescas". Em grande medida, esta parte do livro é conduzida por meio de biografias de personalidades que estiveram empenhadas nas artes, nos esportes, no trabalho, na militância e na política institucionalizada em diversos contextos históricos. Somam-se às biografias, as trajetórias de territorialidades urbanas, agremiações (culturais, esportivas) e organizações negras, além de considerações pontuais sobre saúde e culinária.

As histórias de personalidades, sociabilidades e demais esferas que envolvem a construção e afirmação das identidades afro raramente aparecem em suportes formais, incluindo os livros didáticos. Perspectiva esta que exclui dos conteúdos aprendidos na escola, parte fundamental da própria história do Rio Grande do Sul. Portanto, dar visibilidade a indivíduos e coletividades negras, descortina os contornos sociais, políticos e culturais do estado, propiciando, ao mesmo tempo, a elevação da auto-estima de professores e alunos afrodescendentes que passam a se reconhecer como sujeitos pertencentes à sociedade em que vivem. Já ao público escolar não negro, é oferecida uma oportunidade de debate sobre percursos pouco estudados, o que pode gerar um ambiente propício à convivência baseada no respeito à diversidade.

Afinal, o Capítulo III fala sobre mulheres e homens músicos, artistas plásticos, escritores, intelectuais, atletas, cantores, membros de entidades carnavalescas,



deputados, vereadores, governadores, militantes, educadores, jornalistas e médicos que, à sua maneira, enfrentaram as barreiras erigidas por conta de sua cor. Transformando, assim, os rótulos negativos a eles imputados em elemento positivo intrínseco às suas identidades, elas mesmas elaboradas em múltiplos processos de conscientização.

Muitas dessas biografias pertencem a pessoas engajadas ou em lutas negras passadas, ou no Movimento Negro contemporâneo, conforme explicitado na seção “Dos negros em movimento ao Movimento Negro Unificado”, bem como nos tópicos relativos à literatura, música, artes e territórios negros. Há ainda, os casos de indivíduos recentemente atuantes em esferas do poder público, como setores dos órgãos federais, estaduais e municipais de educação. O mesmo ocorre para aqueles participantes de agremiações mencionadas no Capítulo II, incluindo clubes, sociedades culturais e beneficentes, e a Frente Negra Pelotense. Igualmente, vale mencionar a participação de negros sul-rio-grandenses em partidos, destacando-se o Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o Partido dos Trabalhadores (PT).

Considerando a importância de se incluir temas referentes à construção política da consciência negra em livros didáticos, torna-se igualmente necessário trabalhar a história daqueles não engajados em movimentos sociais, partidos e organizações. Grupos que, apesar de não terem se somado a reivindicações sistematizadas em espaços de militância propriamente ditos, vivenciaram a discriminação racial e a restrição de direitos, tais como os negros pobres e os setores afrodescendentes visados pela polícia. Apesar de a inserção social dessas pessoas ter ocorrido por caminhos tortuosos, suas respostas à ordem estabelecida formam parte das trajetórias negras sulinas, fundamentais para a abordagem da herança e agência afro descendente no estado.

Existiram também aqueles que, mesmo não empreendendo lutas exclusivamente voltadas para as questões raciais, desvelaram dificuldades enfrentadas pelos negros. Nesse sentido, conforme aponta o Capítulo II, em inícios do século XX o movimento operário sulino contou com a participação de brancos e negros em reivindicações, simultaneamente, pautadas pela raça e pela classe. As matérias do jornal *A Alvorada*, por exemplo, defendiam as causas dos operários em geral, convertendo-se em importante veículo de comunicação da classe trabalhadora, no momento em que tornava-se o órgão de imprensa oficial da Frente Negra Pelotense. Através de biografias



ou pequenas histórias, esta e outras situações poderiam ser incorporadas ao Capítulo III, de modo a demonstrar a participação dos negros em lutas históricas variadas.

Finalmente, na seção “Entidades Carnavalescas”, encontram-se representadas as intenções dos autores quanto à valorização e resgate das "africanidades sul-rio-grandenses". Sob essa perspectiva, os laços afetivos e de amizade das agremiações dedicadas ao carnaval - surgidas a partir da segunda metade do século XIX - são entendidos como semelhantes a relações de parentesco características de comunidades africanas. Este ponto de vista privilegia a ideia da preservação de heranças sócio-culturais procedentes de África no Brasil, possibilitando a percepção de sua influência sobre as sociabilidades constituídas nas referidas entidades.

Por outro lado, é relevante atentar para o fato de que os processos sociais diaspóricos imprimiram suas marcas não só na preservação, como também nas transformações das culturas negras, desencadeadas por contingências históricas forjadas no trânsito transatlântico.⁵ Dessa maneira, ao serem levadas em conta as necessidades de reconstrução de modos de vida, experimentadas pelas populações afro descendentes em lugares que já não eram os seus de origem, abrem-se novos caminhos para a compreensão e explicação daquelas culturas. Caminhos estes que buscam interrogar os contextos, sob os quais foram erigidas as múltiplas relações de resistência e dominação que ajudaram a formar espaços culturais negros.

A partir deste olhar, é possível entender as dinâmicas específicas às entidades carnavalescas não só em função da afirmação de matrizes culturais africanas, mas também de acordo com disputas de poder geradas no Brasil, incluindo setores das elites (Estado, imprensa, etc.), escolas de samba, clubes, blocos, foliões e simpatizantes. Desde a virada do século XIX para o XX, essas disputas tornaram-se explícitas no Rio Grande do Sul, seja por conta de costumes "civilizados" que deveriam ser adotados pelas classes menos abastadas⁶, seja devido às tentativas de elaboração de símbolos nacionais referenciados nos folguedos populares.⁷

⁵ Ver: HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

⁶ LAZZARI, Alexandre. *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas: Editora da Unicamp/ CECULT, 2001.

⁷ ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-



Tais especificidades, se somadas ao Capítulo III, poderiam ampliar o leque de interpretações referentes aos contextos de concepção e aos significados de desfiles, enredos e ações políticas de entidades carnavalescas, dedicados a contar a história e a defender direitos de pessoas e grupos negros. Dessa forma, estariam contempladas tanto as heranças culturais africanas, quanto as situações a serem enfrentadas pelas agremiações, relativas às intervenções de outras instituições e camadas sociais em suas dinâmicas de sociabilidade.

Estes e outros comentários aqui tecidos sobre *Africanidades Sul-Rio-Grandenses* não se referem, diretamente, à proposta pedagógica da publicação, por vezes dialogando mais com a historiografia do que com a literatura didática. Mesmo correndo o risco de extrapolar os limites imputados pelos autores à sua obra, optamos por realizar discussões sobre os temas tratados, para além do objetivo primeiro do livro, relacionado ao cumprimento da Lei nº 10.639. Objetivo este, plenamente cumprido.

Tal abordagem foi possível justamente porque o texto apresenta assuntos extremamente complexos, cujo desenvolvimento ajuda a problematizar interpretações cristalizadas numa historiografia oficial conservadora que, em grande medida, alimenta os conteúdos de livros didáticos tradicionais. Somente uma obra rica e aberta a colaborações é capaz de instigar reflexões consistentes em seus leitores, incluindo historiadores, professores, alunos e demais interessados em conhecer as populações negras sulinas.

A construção de saberes e o debate acerca da história africana e afro descendente brasileira é responsabilidade de todos, necessitando de suportes que auxiliem processos de aprendizagem pertinentes a esta tarefa árdua. Por essa razão, *Africanidades Sul-Rio-Grandenses* torna-se, desde já, referência obrigatória àqueles comprometidos com uma educação crítica, disposta a questionar os princípios do preconceito racial e a valorizar sujeitos, modos de viver e matrizes culturais diferentes daquelas que, há tempos, freqüentam escritos escolares. Talvez assim, professores e alunos negros e não negros, passem a reconhecer sua própria história, através de outros olhares.



Referencia bibliográfica

ARAÚJO, Thiago Leitão de. *Escravidão, fronteira e liberdade: políticas de domínio, trabalho e luta em um contexto produtivo agropecuário (Vila da Cruz Alta, Província do Rio Grande de São Pedro, 1834-1884)*. Dissertação (Mestrado em História). Instituto de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal do Rio Grande do Sul. 2008.

HALL, Stuart. *Da diáspora: identidades e mediações culturais*. Belo Horizonte: Editora da UFMG, 2009.

LAYTANO, Dante de. *História da República Rio-Grandense (1835-1845)*. [1936]. Porto Alegre: Sulina, 1983.

LAZZARI, Alexandre. *Coisas para o povo não fazer: carnaval em Porto Alegre (1870-1915)*. Campinas: Editora da Unicamp/ CECULT, 2001.

MAIO, Marcos Chor; SANTOS, Ricardo Ventura (Org.). *Raça, Ciência e Sociedade*. Rio de Janeiro: Fiocruz/ CCBB, 1996.

PEREIRA, Lucia Regina Brito. (Coord.). *Rio Grande do Sul. Africanidades Sul-Rio-Grandenses*. João Pessoa: Editora Grafset, 2012. 216 p. (Coleção A África está em nós).

ROSA, Marcus Vinicius de Freitas. *Quando Vargas caiu no samba: um estudo sobre os significados do carnaval e as relações sociais estabelecidas entre os poderes públicos, a imprensa e os grupos de foliões em Porto Alegre durante as décadas de 1930 e 1940*. Dissertação de mestrado. Programa de Pós-Graduação em História. Universidade Federal do Rio Grande do Sul, 2008.